

OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR EM ESCOLAS NUCLEADAS

Ediane Almeida Sousa¹; Antonia Almeida Silva²

1. Bolsista PROBIC/CNPQ, Graduanda do curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: edyane.14@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: antoniasilv@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar, Educação do Campo, Escolas Nucleadas.

INTRODUÇÃO

A gestão escolar é um tema bastante estudado, mas se sabe pouco sobre as atividades dessa natureza em escolas rurais e em especial as escolas nucleadas. Os gestores escolares tem como função, além de atuar na administração escolar, atuar na área pedagógica juntamente com a comunidade, pois os gestores necessitam conhecer o contexto social e cultural da comunidade em que a escola esta inserida para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça de modo significativo, ou seja, o gestor tem como função trabalhar para um melhor desenvolvimento escolar. Neste contexto o presente estudo visa analisar como vem se constituindo as práticas de gestão em escolas nucleadas situadas na zona rural de Feira de Santana. Com esse estudo procura-se ampliar o campo de conhecimentos sobre as políticas de educação do campo, observando como as diretrizes para educação no campo têm sido incorporadas pelas instituições de educação infantil dos distritos do município de Feira de Santana.

Quando falamos em gestão de escolas do/no campo nucleadas, além das responsabilidades, já sinalizadas, conferidas a esta função, o gestor escolar também tem como atribuição, batalhar contra o esquecimento dos cidadãos que muitas vezes vivem em situação precária pelo fato que as autoridades competentes, muitas vezes, não veem a educação do/no campo com a importância que esta tem para os camponeses e seus filhos.

A política de nucleação das escolas do campo foi regulamentada com o Parecer CNE/CEB Nº 23/2007. Considerando as orientações desta política fica a interrogação de como ela esta acontecendo na prática e de como os gestores atuam em escolas nucleadas, especialmente em nosso município, procurando identificar os possíveis benefícios e malefícios que a nucleação trouxe para a comunidade. A partir dessa questão também será possível observar como e em que medida este Parecer está influenciando a organização das escolas do campo em Feira de Santana.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente texto é parte da pesquisa sobre Educação Infantil no Campo e os desafios da gestão escolar em escolas nucleadas no município de Feira de Santana. A metodologia desse trabalho é qualitativa e a coleta de dados terá como técnicas de apoio: observação, análise documental e entrevistas semi-estruturadas com gestores que atuam em escolas nucleadas com classes de educação infantil, visando caracterizar as práticas de gestão nesses espaços. Neste ensaio, focalizamos a pesquisa bibliográfica. Buscamos pesquisas que tratam desta temática para melhor compreendermos a real situação da educação do/no campo. A escolha desta bibliografia se baseou em buscas realizadas em sites e periódicos reconhecidos nacionalmente, no acervo da biblioteca central da UEFS e recomendações da orientadora.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente texto tem como foco expor alguns resultados preliminares encontrados na análise de bibliografias. Os temas estudados e que iremos abordar são: a política de nucleação das escolas do campo, educação do/no campo e a gestão escolar.

O termo escolas nucleadas surgiu nos Estados Unidos no século XIX chegando ao Brasil na década de 70. A política de nucleação das escolas rurais não teve como pioneiro o Brasil. Segundo a Resolução CNE/CEB Nº 23/2007, outros países como: Estados Unidos, Costa Rica, Índia e outros, aplicavam esta política com diversas nomenclaturas. Mas, foi na década de 70 que a mesma chegou a território brasileiro. A nucleação das escolas rurais, segundo o parecer citado acima, tem como intuito a melhoria na qualidade da educação básica oferecida a estes cidadãos, pois, o fato de existir escolas nas comunidades rurais não significa haver escolas que atendam à mínima qualidade indicada. Segundo a Resolução CNE/CEB nº 23/2007: “Este processo corresponde na prática, ao fechamento ou desativação de escolas unidocentes (multisseriadas), seguido pelos transportes dos alunos para escolas maiores, melhor estruturadas e abrangendo ciclo ou ciclos completo, funcionando como núcleo administrativo e pedagógico.”

Para compreender a política de nucleação analisamos os estudos de pesquisadores como: Fagundes (2003); Gonçalves (2010); Cavalcante (2010); Oliveira (2011) e Hage (2011). Gonçalves (2010) apresenta o processo histórico da política de nucleação dizendo que a mesma aconteceu com a desativação de escolas que funcionavam com um só professor que atendiam ao mesmo tempo as quatro primeiras séries do ensino primário causando assim, a reunião destas num mesmo espaço, sob forma de núcleo, onde cada série passa a ser atendida por um professor. Ou seja, aconteceu a desativação de escolas multiseriadas. Já Gonçalves (2010), traz a definição de nucleação ao dizer que é o “Processo que tem por objetivo a organização do ensino no meio rural, em escolas-núcleo, contrapondo-se a organização em escolas multiseriadas” (p.1). Cavalcante (2010) usa o conceito apresentado pelo INEP/MEC, afirmando que esta política consiste no agrupamento de escolas isoladas em uma única escola, causando a demolição ou a desativação das demais. .

Com os estudos realizados a cerca do tema nucleação das escolas rurais nota-se, que esta política teve como objetivo proporcionar melhorias na educação. Estas melhorias basearam-se na desativação de escolas com classes multiseriadas, e também teve como argumento que a diminuição de escolas com poucos alunos pouparia recursos e os mesmos seriam destinados à elevação da qualidade tanto física quanto pedagógica desta educação. Mas, como defensor das classes multisseriadas, temos Salomão Hage, que defende este modalidade de ensino ao expor o fato de

as escolas multiseriadas oportunizam aos sujeitos o acesso à escolarização em sua própria comunidade, fator que poderia contribuir significativamente para a permanência dos sujeitos no campo, com o fortalecimento dos laços de pertencimento e a afirmação de suas identidades culturais.” (2006, p.5)

A política de nucleação traz alguns problemas. Gonçalves (2010) e Oliveira (2011) apresentam estas dificuldades. Como exemplo temos: o deslocamento destes alunos para as escolas-núcleo. Gonçalves (2010) alega que este deslocamento resulta em longas viagens em estradas esburacadas causando desgaste físico e psicológico nestes alunos, e destaca também o “desenraizamento cultural dos alunos do campo”, que se dá ao inserir estes alunos em uma cultura distante e diferente da sua comunidade. Já Souza (2010) apud Oliveira (2011), nessa mesma linha de pensamento, diz que “a nucleação além de mudar a paisagem rural até então marcada por pequenas escolas multiseriadas [...], está atrelada à precariedade dos transportes, e reforça processos de exclusão de pessoas à educação escolar” (p.3) Ou seja, o deslocamento destes alunos ocasiona a não frequência destes alunos nas escolas.

Quanto às discussões sobre a Educação do campo, encontramos autores como Araújo (2006) e Caldart (2004). Estes autores trazem análises e questionamentos a respeito das políticas públicas para estes sujeitos, afirmando que as suas lutas acontecem em prol de uma

educação adequada à realidade destes cidadãos, que valorize o contexto social em que eles vivem, visto que

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento *por uma educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas que garantem o seu direito a educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2004, p.149-150)

A educação do campo durante muito tempo foi esquecida no que diz respeito aos amparos legais e suas especificidades. Foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 (LDB) quem trouxe um avanço para a educação do campo ao citá-la em um de seus artigos. Mas, apesar do reconhecimento de sua existência, as práticas nestas escolas tinham como base a educação urbana. Araújo (2006) apresenta que este fato tem como consequência a formação precária dos professores e, também, pelo fato de os educadores rurais terem uma cultura urbana. E diante desta realidade, os movimentos sociais do campo lutaram em favor da mudança desta situação, e como resposta em 4 de dezembro de 2001, aconteceu a aprovação das Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB 01/2002). Estas diretrizes, pela primeira vez, são elaboradas especificamente para a educação do campo, possibilitando assim o reconhecimento da cultura do campo e sua identidade própria.

No que diz respeito à gestão escolar analisamos Paro (1994). Nesta política, esta função tem como desafio dá assistência a várias escolas, que sofrem com o abandono das autoridades competentes. Para perceber o grau da complexidade quanto à gestão em escolas que atendem esta política, vale utilizar como suposição destes desafios, as dificuldades que gestores urbanos responsáveis por uma só escola encontram em administrar escolas únicas e urbanas. Estes desafios partem da dificuldade que alguns gestores encontram em ter um apoio pedagógico adequado, a efetivação da gestão participativa, a resistência por parte do quadro de funcionários tanto técnico como pedagógico, na busca de recursos e as condições precárias das escolas do nosso país, a cobrança e a culpabilidade postas sobre eles, pois

Falar de administração sem o mínimo de recursos necessários é desviar a atenção do essencial para fixá-la no acessório. Não tem sentido atribuir o fracasso da escola à incompetência administrativa de diretores e educadores escolares, antes de lhes fornecer recursos possíveis de serem administrados. Não há dúvida de que é preciso mudar quase tudo na forma de operar das escolas, mas a condição primeira é provê-las dos recursos materiais e financeiros necessários. (PARO, 1994, p.443)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da literatura, que versa sobre os temas em questão, percebe-se que não se chega a uma única definição sobre a política de nucleação, pois a mesma varia de acordo a concepção, necessidades e realidade de cada localidade. Com base nas pesquisas bibliográficas conclui-se também que há muito que refletir sobre a gestão escolar em escolas nucleadas do campo. Pois, levando-se em consideração que a educação do campo tem como intuito proporcionar aos sujeitos camponeses o direito a uma educação digna e adequada a sua realidade, apesar do reconhecimento da existência da educação no campo possibilitar aos camponeses o acesso à educação, ainda há muito que se fazer para proporcionar a estes sujeitos uma educação de qualidade. E neste embate está o gestor que é considerado a via de acesso entre estes e as lutas em busca desta tão sonhada educação de qualidade. Sendo assim, estes estudos proporcionam uma melhor compreensão a respeito das políticas para a educação do campo, as diferentes concepções a cerca da educação e possibilita também que tenhamos um olhar aguçado a cerca dos temas em questão.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. R. M. 2006. *Educação do e no campo no Brasil: marcas de uma trajetória*. Formadores (Cachoeira), v. 1, p. 401-416, 2006. Disponível em <<http://www.publicacoesfadba.com.br/index.php/formadores/article/viewArticle/59>> Acesso em 14 de mai. 2013.

ARROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. 2004. *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

BRASIL. 1996 *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*. Brasília, DF.

BRASIL. CNE/CEB. 2002 *Diretrizes operacionais para a educação básica no campo*. n. 1. Brasília, DF, 3 de abril.

BRASIL. CNE/CEB. 2007. *Resolução CEB n. 23*. Brasília, DF, 12 de setembro.

CAVALCANTE, G. C.; SILVA, M. G. 2010. *O campo vai à cidade: escola nucleada urbana e o (des) encontro de saberes e práticas educativas*. In: 1º SEEJA Seminário de Educação de Jovens e Adultos da PUC-Rio, 2010, Rio de Janeiro. "e uma educação pro povo tem". Rio de Janeiro: Editora Caetés. p. 116-117.

FAGUNDES, J. M; Cesar Adar. *Políticas educacionais da escola multisseriada à escolas nucleadas*. Olhar do Professor. Ponta Grossa. v.6 (1), p.99-118. 2003

GONÇALVES, G.B.B. 2010. *Nucleação das escolas rurais*. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L. M. F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação.

OLIVEIRA, A. M, V.M. 2011. *A nucleação de escolas rurais: alguns elementos para reflexão*. In: I Encontro de pesquisa e práticas em educação do campo de Paraíba. João Pessoa- PB. p. 1-17. Disponível em: <<http://www.ieppecpb2011.xpg.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2002/04.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2013.

HAGE, S. A. M. 2006. *A realidade das escolas multisseriadas frente às conquistas na legislação educacional*. In: 29ª Reunião Anual da ANPED, 2006, Caxambu. Educação, Cultura e Conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/posteres/gt13-2031--int.pdf>> Acesso em: 14 agos. 2013.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão da escola Pública: a participação da comunidade*. *Revista Brasileira de Pedagogia Brasileira*. v.73, nº174, p.255-290, mai/ago.1992.

PARO, Vitor Henrique. 1994. *Gestão da Escola Pública: alguns fundamentos*. R. bras. Est. Pedag. v.75, n. 179/180/181, jan/dez. p.441-449.<<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/521/532>> Acesso em 25 jul. 2013